

## **A QUESTÃO DA “DECADÊNCIA” NA capitania DE SÃO PAULO: NOTAS SOBRE UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO**

Marco Volpini Micheli<sup>1</sup>

**Resumo:** Grande parte dos estudiosos de São Paulo levantaram o problema de sua decadência durante o século XVIII. A capitania, que não estava inserida no circuito atlântico de exportação com a metrópole, teria permanecido, durante o período colonial, em estado de pobreza, fato que recorrentemente vinha assinalado na documentação de época. Nesse sentido, é necessário que se reavalie qual a chave conceitual que permite o enquadramento da capitania como decadente, mesmo nas décadas finais do Setecentos. Nesse diapasão, revisitamos esses temas a fim de indicar que não houve período decadente em São Paulo e que, em sentido contrário, a capitania experimentou crescente incremento econômico, mormente a partir de sua restauração administrativa, em 1765.

**Palavras-chave:** Capitania de São Paulo; decadência; economia paulista.

## **THE PROBLEM OF DECADENCE IN THE captaiNCY OF SÃO PAULO: NOTES ON A HISTORIOGRAPHIC DEBATE**

**Abstract:** Great part of historians who study São Paulo have raised the problem of its decadence during the eighteenth century. The captaincy, that was not part of the Atlantic circuit of goods exportation to the metropolis, would have remained, during the colonial period, in a thorough poverty state, what was also pointed out in the documents from that period. It is necessary to reevaluate the concepts that allow this understanding of the captaincy as a decadent one, even in the final decades of the eighteenth century. In this scenario, we aim to revisit these topics in order to indicate that there was no decadent period in São Paulo and that it actually experimented a constant increase of its economy, mainly from 1765, when it took place its administrative restoration.

**Keyword:** Captaincy of São Paulo; decadence; economy of São Paulo.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Mestre em História Econômica, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Bacharel (2013) e Licenciado (2018) também pela USP (<http://lattes.cnpq.br/2361953745521991>).

Marcelino Pereira Cleto, em sua *Dissertação a Respeito da Capitania de São Paulo, Sua Decadência e Modo de Restabelecê-la*, texto do ano de 1782, apontou algumas razões que, segundo ele, explicavam a situação de pobreza em que se encontrava a capitania. Em sua obra, reforçou a necessidade de que se acabasse com a submissão paulista ao Rio de Janeiro para que os capitães gerais lograssem desenvolver o seu comércio e defender o território meridional da colônia. A posição de Cleto forneceu, inclusive, subsídios para as análises históricas feitas pelos estudiosos do tema. Em seus dizeres:

Sendo a capitania de São Paulo (...) a mais antiga da América, e o povo dela, o que melhor tem servido a sua Majestade, porque à custa da própria fazenda descobriu, em grande utilidade da Real Coroa, as Minas do Cuiabá, Mato Grosso, Vila Rica, e Goiasés, quando tendo-se intentado diversos descobrimentos à custa da Real Fazenda (...) Floresceu mais no tempo destes descobrimentos, que hoje formam diferentes capitanias, e quando todo o negócio para eles se movia unicamente por esta capitania, e porto da vila de Santos (...) separaram-se em diferentes capitanias os descobrimentos, fizeram-se para todas as Minas diferentes caminhos, e em todos eles se estabeleceram inumeráveis paulistas, e ficou a capitania de São Paulo (...) sem a maior parte do negócio, e a falta de povoação (...) A capitania de São Paulo foi das primeiras, que se descobriu, e principiou a povoar-se na América, dela se fizeram, como já disse, todos os descobrimentos que hoje formam diferentes capitanias, e por elas se fazia negócio para todas as minas; foi este tempo de abundância para a capitania; porém daqui lhe nasceu toda a decadência, em que se acha, porque dos descobrimentos que levaram os povoadores, o ouro das minas, e o negociou objetos mais lucrosos, os fez esquecer da agricultura.<sup>2</sup>

Ao se analisar seu discurso, resta claro o principal motivo da despovoação do território paulista e de sua parca atividade agricultora – em

---

<sup>2</sup> CLETO, Marcelino Pereira. "Dissertação sobre a capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la. Em 25 de outubro de 1782". In: *Roteiros e notícias de São Paulo Colonial (1751-1804)*. São Paulo: Governo do Estado, 1977, pp. 17-18.

suma, de sua decadência: o descobrimento das minas, conquista empreendida pelos próprios paulistas. O que, em primeiro momento, lhes fora benéfico, segundo Cleto, acabou por converter-se em desgraça: daí a alusão à divisão da capitania de São Paulo e Minas, em 1721<sup>3</sup>, e sua referência aos “diferentes caminhos” que haviam sido abertos, notadamente o Caminho Novo, que ligava a região mineira diretamente ao Rio de Janeiro.<sup>4</sup> O período áureo, assim, fora justamente o início do século XVIII, em contraposição ao momento em que escrevia, na década de 1780, vale dizer, o período da suposta decadência.

As menções ao estado decadente e incivilizado de São Paulo eram recorrentes na correspondência dos governadores. Morgado de Mateus, primeiro governador da capitania restaurada, postulava que seus habitantes eram “reduzidos a uma total pobreza, com repugnância a todo o trabalho”<sup>5</sup>, o que também fizeram Martim Lobo Saldanha e Rodrigo de Menezes. Para Bernardo de Lorena, por sua vez, um dos motivos do precário comércio era o “péssimo caminho antigo”, que fora “vencido” por ele, de maneira que “tudo ficaria fácil”<sup>6</sup>. Em seu relatório final, Lorena procurou ressaltar os

---

<sup>3</sup> A capitania de São Paulo e Minas do Ouro foi criada em 1709, a partir da compra, pela Coroa, da antiga capitania de São Vicente. Em 1721, os territórios da capitania foram desmembrados e nasceram duas novas: a de São Paulo e a das Minas Gerais. São Paulo, contudo, perderia mais territórios na década de 1730 e 1740. A esse respeito, cf. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O governo do Morgado de Mateus em São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007.

<sup>4</sup> A perda da primazia do comércio com as minas é um dos fatores que foi considerado para indicar a decadência paulista. O chamado Caminho Novo, concluído no início do século XVIII teria, então, excluído São Paulo do circuito comercial com a próspera e povoada região mineira. Para maiores discussões, cf.: ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais*. 2a. ed., São Paulo: Hucitec/Edusp, 1951.

<sup>5</sup> Cf: “Para o ouvidor pela lei, João da Silva Pinheiro, da Comarca de Paranaguá”. 11 de junho de 1767. In: *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 67, 1942, pp. 165-166.

<sup>6</sup> In: *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 45, 1924, p.70-71. Ver também: CAPEL, Ronaldo. *O governo de Bernardo José de Lorena na Capitania de São Paulo: aspectos políticos e econômicos (1788-1797)*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: PPGHE, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14092015-105428/pt-br.php>.

aspectos positivos de seu governo, enaltecendo seus grandes empreendimentos na área econômica e de infraestrutura. Segundo ele, havia ocorrido “um progresso muito grande, de sorte que se pode dizer que se acabou a Preguiça de que geralmente era acusada a Capitania de São Paulo”.<sup>7</sup>

É necessário, todavia, que a interpretação dos escritos dos capitães gerais seja empreendida com rigorosa cautela. Nesse sentido, segundo o comandante, se no início de seu governo, a capitania era ainda decadente, não mais o era ao final dele. Ora, o capitão-general fazia bem ao enaltecer para a Coroa as diligências que tomara na administração da capitania; é natural que assim fosse. O mesmo cuidado deve ser tomado ao nos apropriarmos do uso do termo “decadência”, encontrado nos ofícios de governadores e no próprio relato de Marcelino Cleto: é preciso interpretá-lo à luz de seu tempo e enquadrá-lo historicamente. Tornaremos a essa questão em breve.

A difusão da tese da decadência da Capitania de São Paulo<sup>8</sup> encontrou voz ainda no século XIX no trabalho de Machado de Oliveira, segundo quem o “excesso de militarismo” de Martim Lopes Lobo de Saldanha levava à decadência paulista, na medida em que os recursos industriais foram escasseando e minguando a população, ocupada em parte com o serviço militar, e, assim, deslocada do próprio recinto.<sup>9</sup> Já no âmbito da historiografia do início do século XX, Basílio Magalhães apontou

---

<sup>7</sup> “Relatório do Capitão General Bernardo José de Lorena”. 1797. In: Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 15, 1904, pp. 147-153.

<sup>8</sup> Há, em 1783, reclamações dos representantes da Câmara de Santos, que acusava a separação de novas capitanias como motivo da “decadência” paulista, segundo quem “imediatamente [após] principiaram a ser sensíveis os efeitos de despovoação e a falta de negócio”. In: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo-Mendes Gouveia (023-01), cx. 36, doc. 3052.

<sup>9</sup> OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Quadro histórico da província de São Paulo até o ano de 1822. São Paulo: Typographia de Carlos Gerke, 1897 (1864).

tanto a anexação de São Paulo à capitania do Rio de Janeiro em 1748, quanto a anterior separação das Minas Gerais, de Santa Catarina e do Rio Grande do território original paulista como causas diretas do decréscimo da população da “gloriosa terra dos bandeirantes” e, por conseguinte, de sua decadência.<sup>10</sup>

\*\*\*

Na década de 1940, foi editada, pela primeira vez, a obra clássica de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942). Trabalho basilar da historiografia brasileira, influenciou gerações e inúmeros estudos sobre a história da colônia por muitas décadas, como ainda o faz. Preocupado, sobretudo, em entender o passado para compreender quais os entraves ao desenvolvimento que o país vivenciava, à época, e quais medidas poderiam libertar o Brasil de suas amarras coloniais, levando-o à uma situação de desenvolvimento, cunhou o conceito de “sentido da colonização”. Prado Jr. propôs que todo povo tem na sua evolução vista à distância, “um certo ‘sentido’”. Este seria passível de percepção não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo”.<sup>11</sup>

O conceito do “sentido da colonização”- isto é, a produção para abastecimento do mercado externo; orientada “para fora”, na qual a acumulação de capitais não se dava no espaço em que eram produzidos, a colônia – está intrinsecamente relacionado à predominância de estudos sobre o Brasil Colonial que privilegiavam a análise das capitanias que se adequavam à essa lógica. Essa tendência, já anterior à própria obra de Prado Jr., ganhou força a partir de meados do século XX, tanto com a

---

<sup>10</sup> MAGALHÃES, Basílio. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. São Paulo: Editora Nacional, 1935 (1915).

<sup>11</sup> PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008 (1942), p. 17.

preponderância da história econômica de viés marxista, preocupada com o acúmulo de capitais e o capitalismo comercial europeu, quanto com a influência dos debates realizados na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), que tratavam do desenvolvimentismo nas nações “periféricas”.

Nesse sentido, a capitania de São Paulo passou a ser considerada como decadente, justamente graças à sua marginalidade no sistema colonial. Para corroborar essa tese, que privilegiava a fraca inserção da capitania no mercado transatlântico, a historiografia apoiou-se na documentação de época, em que os discursos dos contemporâneos aludiam à decadência, pobreza e incivilidade como a realidade de São Paulo no século XVIII. Segundo essa lógica, portanto, a capitania estaria plenamente livre da barbárie a partir do XIX e, notadamente, com o advento do cultivo cafeeiro.

Variados autores endossaram essa tese, como o próprio Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Maria Thereza Petrone.<sup>12</sup> Em 1972, porém, a publicação do trabalho de Alice Canabrava redimensionou esse debate. Ao

---

<sup>12</sup> Cf: FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975; PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968; PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008 (1942). Também Alfredo Ellis Jr. adotou essa interpretação em seus escritos, especialmente na obra *A Economia Paulista no Século XVIII*, publicada originalmente em 1950. Suas análises, todavia, apresentavam viés marcado por aspectos biológicos em relação a outros clássicos estudiosos aqui mencionados. Em 1926, o autor publicara *Raça de Gigantes*, em que definia o paulista como uma sub-raça resultante do cruzamento entre ibéricos e indígenas e que teria características positivas. A obra se inseria no contexto das publicações do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, instituição fundada no fim do século XIX, e que reuniu intelectuais que apresentavam discursos pautados, principalmente, pela questão do darwinismo social e do estudo da história paulista aliada às ideias eugenistas. Nesse contexto, foram importantes os debates que buscavam reconstruir a história e a própria origem do paulista, bem como sua relevância no processo de desbravamento das terras virgens no século XVII. Cf. ELLIS JR., Alfredo. *Raça de Gigantes*. São Paulo: Ed. Helios Limitada, 1926; ELLIS JR., Alfredo. *A Economia Paulista no Século XVIII*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1979. Para o tema da construção da imagem do “paulista” no século XVII, cf: BLAJ, Ilana. *A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP: Fapesp, 2002, Cap. 01 (“A construção das imagens”).

propor uma análise quantitativa dos níveis de riqueza da capitania, buscou provar empiricamente a tese da decadência. Segundo a autora, em meados do século XVIII a capitania se encontrava “em fase de profunda decadência”. A partir da coleta de dados referentes à realidade de São Paulo no governo Morgado de Mateus, a historiadora visou a apresentar dimensões quantitativas ao fenômeno da decadência, que permitiriam “estabelecer planos de comparatividade com os níveis de acumulação de riqueza proporcionados mais tarde, na mesma capitania, primeiramente graças à produção açucareira e depois à do café”.<sup>13</sup>

Segundo Canabrava, o novo governador, que assumiu a administração da capitania em julho de 1765, veio encontrá-la em situação de grande decadência. Sua população, que, em 1766, segundo as fontes, girava em torno dos 63.228, estava espalhada por dezenove vilas e trinta e oito freguesias. A região de serra acima detinha por volta de 70% da população paulista, cabendo os outros 30% às vilas litorâneas. Somente o termo da vila de São Paulo, os núcleos de população do Vale do Paraíba e as vilas de Sorocaba, Itu, Parnaíba e Jundiá – com suas respectivas freguesias – concentravam 48% dos habitantes de São Paulo.<sup>14</sup>

Em seguida, Canabrava inventariou essa população, indicando que 5.352 famílias (54,07%) “nada possuíam”, sendo que as mais altas porcentagens se verificavam nas povoações do Vale do Paraíba e no litoral. Santo Amaro, Jundiá, Juqueri, Guarulhos e Moji-Guaçu tinham as menores porcentagens, em oposição a Pindamonhangaba, Jacareí e Ubatuba, vilas com os maiores números. A justificativa a tal fato, segundo a historiadora, é

---

<sup>13</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. “Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-1767”. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Editora Unesp/Hucitec, 2004 (artigo de 1972), p. 169.

<sup>14</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. “Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-1767”. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Editora Unesp/Hucitec, 2004 (artigo de 1972), p. 171.

embasada nas atividades das quais se ocupava a maioria dos habitantes. Para Canabrava, em parte era a lavoura de subsistência, cuja função era abastecer os núcleos urbanos, enquanto a outra parcela da população, numericamente maior, vivia dispersa de modo irregular, em imensas áreas, deslocando-se continuamente pelas florestas virgens, sem bens de raiz.<sup>15</sup>

Nesse sentido, o nível de riqueza declarada, por ela analisado, distribuiu-se numa faixa situada entre 4:398\$000 (Juqueri) e 266:243\$000 (São Paulo), sendo que a última cidade apresentava a maior porcentagem de riqueza da capitania, da ordem de 25%, seguida por Itu, Santos, Sorocaba e Guaratinguetá, cuja soma totalizava 45%. Isso significa que os 30% restantes estavam distribuídos entre todas as outras áreas da capitania.

**Tabela 01-** Coeficiente de C. Gini da riqueza em vilas e freguesias da capitania de São Paulo (1765-1767). Fonte: CANABRAVA, Alice. "Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-1767"

<i>Localidades</i>	<i>Coeficiente de C. Gini (população com riqueza)</i>	<i>Coeficiente de C. Gini (população com riqueza)</i>
<i>São Paulo</i>	0,74	0,88
<i>Santo Amaro</i>	0,61	0,75
<i>Cotia</i>	0,70	0,87
<i>Nazaré</i>	0,60	0,81
<i>Guarulhos</i>	0,75	0,83
<i>Juqueri</i>	0,67	0,78
<i>Sorocaba</i>	0,74	0,89
<i>Itu</i>	0,78	0,88
<i>Parnaíba</i>	0,68	0,87
<i>Jundiaí</i>	0,73	0,83

<sup>15</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. "Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-1767". In: CANABRAVA, Alice Piffer. História econômica: estudos e pesquisas. São Paulo: Editora Unesp/Hucitec, 2004 (artigo de 1972), pp. 177-178.

<i>Mogi-Mirim</i>	0,66	0,80
<i>Mogi-Guaçu</i>	0,66	0,76
<i>Taubaté</i>	0,76	0,91
<i>Guaratinguetá</i>	0,69	0,88
<i>Jacareí</i>	0,77	0,93
<i>Mogi das Cruzes</i>	0,70	0,84
<i>Pindamonhangaba</i>	0,70	0,90
<i>Santos</i>	0,78	0,89
<i>São Sebastião</i>	0,76	0,91
<i>Ubatuba</i>	0,61	0,84

**Fonte:** CANABRAVA, Alice. História econômica: estudos e pesquisas. São Paulo: Editora Unesp/Hucitec, 2004 [artigo de 1972], p. 187.

A análise do índice de Gini das vilas da capitania, calculado por Canabrava, elucida as questões a que a autora se refere no tocante à concentração da renda.<sup>16</sup> À luz desse indicador, pode-se logo depreender, a partir da análise dos dados contido na tabela 01, as conclusões a que chegou a historiadora. Apresenta-se um quadro, cuja tendência é bem caracterizada quanto à estrutura da distribuição da riqueza, caracterizada por alto grau de concentração, comum a todas as populações da capitania em 1765-1767.<sup>17</sup>

Essa pequena elite local, detentora de grande parte da riqueza paulista, ligava-se ao setor mercantil, o que era manifestado nas localidades de convergência de rotas importantes na capitania, a saber: São Paulo, como capital; Itu e Sorocaba, no caminho do gado; Parnaíba e Moji-Guaçu,

<sup>16</sup> O indicador consiste em um número entre 0 e 1, sendo que 0 corresponde à completa igualdade (boa distribuição de renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (alta concentração da renda).

<sup>17</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. "Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-1767". In: CANABRAVA, Alice Piffer. História econômica: estudos e pesquisas. São Paulo: Editora Unesp/Hucitec, 2004 (artigo de 1972), p. 188.

na estrada de Goiás; Guaratinguetá, no caminho do Rio de Janeiro; Santos, como porto e importante local para o comércio do sal.

Em suma, eram “cidades ‘cabeças de estrada’, locais de pouso, centros de provisionamento de negócios”, e que funcionavam como verdadeiros mercados regionais, de maior ou menor amplitude. Essas áreas estavam, assim, ligadas a centros importantes da capitania que, de há muito, apresentavam movimentação intensa devido às trocas mercantis com o sul da colônia, com o mercado local paulista ou com a região mineradora de Mato Grosso e Goiás. Nesse seguimento, importante salientar que a própria autora reconhece a existências desses espaços econômicos e redes comerciais, ainda que sua ênfase seja nas grandes áreas desocupadas e sem atividade mercantil relevante.

A cidade capital, ressalvou ela, distinguia-se sob vários aspectos, uma vez que tanto o montante quanto o nível individual da sua riqueza declarada eram superiores aos das demais localidades: detinha pouco mais de 25% de toda a riqueza da Capitania. Formara-se, ali, um grupo de homens de negócio que adquirira importância nas atividades comerciais da capitania, de maneira que a autora já percebe uma elite restrita ali enraizada muito antes da que surgiria com fortunas advindas da produção açucareira e, mais tarde, cafeeira.<sup>18</sup>

Resta ainda, todavia, um questionamento: a que efetivamente Canabrava atribuía a decadência paulista? A historiadora foi além daqueles que haviam indicado como motivo apenas a separação das capitanias na década de 1720 e a conclusão do Caminho Novo. Segundo ela, a decadência paulista vinha já do século XVI, momento em que a capitania deixara de participar da corrente exportadora para a metrópole e somente

---

<sup>18</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. “Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-1767”. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Editora Unesp/Hucitec, 2004 (artigo de 1972), p 188-189.

se entrosava na economia açucareira como fornecedora de mão-de-obra indígena, muito mais em conta em relação à africana. Logo em seguida, teria passado por efêmero momento de ascensão, compreendido entre 1690 e 1733, graças ao abastecimento das Minas Gerais e à participação no comércio do ouro. A partir do advento do Caminho Novo, ter-se-ia iniciado a nova fase de recesso econômico.<sup>19</sup>

Em sua conclusão, apontou que “conhecemos mal o processo desse retorno à decadência, sobre o qual carecem elementos quantitativos”. Sua pesquisa, portanto, ao analisar as declarações sobre a riqueza, permitiram “distinguir a relativa vitalidade do setor mercantil, como o fator dinâmico dessa economia de decadência”.<sup>20</sup> A capital paulistana, então, bem como toda a capitania estava “voltada para dentro, articulada para o interior, de onde emanam as correntes de sua riqueza”.<sup>21</sup>

Os caminhos percorridos por Alice Piffer Canabrava, em sua pesquisa, ensejam importantes reflexões. A decadência por ela concebida relaciona-se à frágil inserção paulista no mercado exportador e no sistema colonial. Isso é evidente quando ela, ao ir além, remonta a decadência ao século XVI, quando São Paulo já se situava fora da corrente exportadora que se conformara nas capitanias do Norte. Na verdade, quando se refere ao fato de a capitania estar “voltada para dentro”, expõe o elemento que em si justificaria a decadência. Nessa visão, a capitania escapava do “sentido da

---

<sup>19</sup> Há alguma controvérsia em relação à data do advento do Caminho Novo. Alguns autores referem-se à sua conclusão ainda no período entre 1707-1710. Outros o identificam em meados da década de 1720. Alice Canabrava apontou que esse fato ocorrera em 1733. De toda maneira, há consenso na historiografia que ele estaria já em funcionamento nessas décadas iniciais da centúria e que sua abertura teve impactos negativos na economia da capitania.

<sup>20</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. “Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-1767”. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Editora Unesp/Hucitec, 2004 (artigo de 1972), p. 199-200.

<sup>21</sup> ARAÚJO, Maria Lucílio Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006 (Tese de Doutorado defendida em 2003).

colonização”, concebido por Caio Prado Jr. Não estava voltada para fora, o que a destituía de sentido. Suas correntes de riqueza, portanto, emanavam do interior, para onde também se direcionavam.

Em outros aspectos, a sua ideia de decadência assemelhava-se àquela evidenciada na documentação, que tanto aludia à questão da perda da primazia do comércio com as minas e à separação dos territórios. O hiato estaria compreendido, portanto, no breve momento em que a capitania participara das descobertas auríferas.

Há, contudo, importante elemento que justifica esse desconhecimento do processo de retorno à decadência, qual seja, a própria ausência de dados concretos que permitam chegar-se à conclusão de que existiu efetivamente um período anterior ascendente, tantas vezes explicitado. Vale dizer, portanto, que não houve decadência.

As alusões a essa característica na correspondência de época relacionavam-se à visão de agentes da Coroa, que, ora se referiam à incivilidade dos povos que viviam na capitania (crítica que era recorrente nas mais diversas capitanias da colônia), ora à improdutividade paulista - que não era exatamente ligada ao cultivo de mantimentos, prática sabidamente realizada para manter as correntes mercantis internas já identificadas; mas que tinha a ver, em realidade, com a baixa produção para o comércio com Portugal.

Quanto à historiografia, propagou-se essa visão que era aparentemente verossímil, principalmente no contexto da segunda metade do século XX, à luz do “sentido da colonização”.

No que se refere à principal questão a que faz referência Canabrava, a concentração de renda, algumas breves considerações são necessárias. A conclusão da autora, a partir da análise dos dados coletados, de que havia efetivamente alta concentração de renda e a presença de muitas famílias

com posses reduzidas é axiomática. Parece-nos, entretanto, que, infelizmente, esse padrão não se aplicava somente à capitania de São Paulo, mas a outras, que, com a Independência em 1822, seguiriam na mesma situação.

Na verdade, a questão da concentração de renda perseguiu-nos ao longo da história e, ainda hoje, constitui-se como grave problema social. Dados mais recentes, baseados no Imposto de Renda de 2015, sugerem que 0,3% da população concentra 22,7% de toda a riqueza do país. Em relação à cidade de São Paulo, seu índice Gini, em 2010, era de 0,64. Ora, se a má distribuição de renda pudesse consistir em fator determinante para caracterizar a capitania de São Paulo como decadente, então, lamentavelmente, ainda o seríamos enquanto Estado da Federação. Nesse diapasão, à luz da interpretação de Fernand Braudel, a concentração de renda indica diretamente a existência de riqueza, característica que desconfigura, por conseguinte, a noção de decadência econômica.<sup>22</sup>

De qualquer forma, essa recusa à ideia da decadência da capitania de São Paulo não é propriamente nova. Senão vejamos.

Em 1951, antes, portanto, do trabalho de Alice Canabrava e de tantos outros estudos sobre a capitania paulista, inclusive o de Maria Thereza Petrone, Mafalda Zemella apresentou sua tese de doutoramento na Universidade de São Paulo, na qual estudou as redes de abastecimento das

---

<sup>22</sup> A esse propósito, Braudel, sobre as economias-mundos, assinalou que “não há economia-mundo sem um espaço próprio e significativo por várias razões: ele tem limites e alinha que o contorna confere-lhe um sentido, tal como as margens explicam o mar; ele implica um centro em benefício de uma cidade e de um capitalismo, seja qual for a sua forma. A multiplicação dos centros representa (...) uma soma de economias particulares, umas pobres, outras modestas, sendo uma única relativamente rica no seu centro. Daí resultam desigualdades (...) através das quais fica assegurado o funcionamento do conjunto”. É por isso que “a centralização e concentração dos recursos e das riquezas” se processam “necessariamente a favor de certos lugares de eleição da acumulação”. Cf. BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Volume 2: O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 2009 (publicado originalmente em francês em 1986).

Minas Gerais no século XVIII.<sup>23</sup> O trabalho, que continua atualíssimo, abordou desde a descoberta do ouro, na década de 1690, até o povoamento da região mineradora, seus mercados abastecedores, o comércio na região e o modo pelo qual essas mercadorias lá chegavam, bem como o consumo dos gêneros e as produções que lá se instalaram. Por ora, cabe-nos esmiuçar com maior afinco apenas a parte dedicada ao mercado paulista.

Os caminhos paulistas, segundo Zemella, viram-se “trilhados e batidos com frequência por mercadores, tropeiros, comboieiros e boiadeiros que iam e vinham por essas estradas”. A produção do século XVII, segundo as Atas da Câmara de São Paulo, consistia no cultivo da farinha, do algodão, do trigo, do marmelo, além de couros e carnes.<sup>24</sup> Em 1674, o secretário do Conselho Ultramarino informava que os habitantes de São Paulo se dedicavam ao descobrimento do sertão e ao provimento do Rio de Janeiro e de outras capitanias com carnes, algodão, legumes e outros gêneros, caracterizando produção existente de pequeno porte.<sup>25</sup>

Quando se descobriu o ouro, por conseguinte, as vilas paulistas não estavam aptas a suprir as necessidades dos mineradores nas Gerais. A especulação, todavia, fez com que grande parte da produção fosse levada para aquela região, de maneira que, por alguns momentos, sofreu-se com a escassez e a carência de determinados gêneros no Planalto. Na sessão da Câmara Municipal de São Paulo, em 8 de novembro de 1704, requeria-se que:

[...]se atendesse para os exorbitantes preços em que estavam de presente os mantimentos (...) a farinha de guerra valia nesta vila a

<sup>23</sup> ZEMELLA, Mafalda. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais. 2a. ed., São Paulo: Hucitec/Edusp, 1951.

<sup>24</sup> ZEMELLA, Mafalda. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais. 2a. ed., São Paulo: Hucitec/Edusp, 1951, p. 55-56.

<sup>25</sup> Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXXIX, p. 132.

dez tostões o alqueire e por ora se pedia pelo alqueire oito e dez patacas e a este respeito o milho e feijão que é o mantimento mais vital de que se alimentam os povos.<sup>26</sup>

As vilas da capitania, portanto, negligenciaram o próprio abastecimento para mandar às minas “boiadas, toucinho, aguardente, açúcar, panos, calçados, drogas e remédios, trigo, algodão, enxadas, almocafres”, além de artigos importados como o sal, as armas, o azeite, o vinagre, o vinho, entre outros. Também foi o comércio paulista que propiciou o “alongamento das correntes” com o extremo sul, onde se dava a criação de muares, intermediando o contato com as Gerais. Por fim, deve-se destacar a importância do porto de Santos nesse período, que conectava os mercados produtores de além-mar com a região mineira. Por ele chegavam sedas, tecidos, armas, ferro e manufaturas de toda sorte.<sup>27</sup>

Esse período, em que a região do planalt<sup>28</sup> tornou-se retaguarda econômica das minas, corresponde ao momento que Canabrava e parte da historiografia identificariam como o interregno da decadência paulista. A partir da abertura do Caminho Novo, na década de 1730, a situação mudaria consideravelmente. Isto porque os mineiros foram abastecidos pelas regiões fluminenses, já que a estrada ligava diretamente o porto do Rio de Janeiro às Minas Gerais, o que barateou o transporte e diminuiu o seu tempo.

Nesse sentido, a curva demográfica paulista ascendeu consideravelmente, passando da casa dos 15.000 habitantes, no início do

---

<sup>26</sup> Atas da Câmara Municipal de São Paulo, vol. VIII, p. 76.

<sup>27</sup> ZEMELLA, Mafalda. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais. 2a. ed., São Paulo: Hucitec/Edusp, 1951, p. 60.

<sup>28</sup> Vale lembrar que em 1709 a Coroa comprou a capitania de São Vicente e fundou a Capitania de São Paulo e Minas Gerais, de maneira que, nas primeiras duas décadas do século XVIII, os territórios mineiros ainda faziam parte de São Paulo. Segundo a interpretação partidária do decadentismo, a divisão territorial e a criação das duas novas capitanias também afetaria essa relação.

século XVIII, para mais de 116.975, em 1777. Tal crescimento populacional só poderia ser atribuído à situação comercial privilegiada dos núcleos coloniais, não só em relação às minas gerais, como também às minas goianas e mato-grossenses. Em síntese, improvisou-se, na capitania, população e produção, de maneira tão vigorosa, que as regiões mineradoras do centro e oeste brasileiro puderam ser abastecidas também por São Paulo.<sup>29</sup>

Para além de sua importância na história do abastecimento de Minas Gerais no século XVIII, a obra de Zemella foi pioneira ao ter proposto a reinterpretação desse capítulo da história de São Paulo. Foi, todavia, na obra de Maria Luiza Marcílio, em meados da década 1970, que a essa crítica à noção da decadência foi consistentemente elaborada, a partir de seu estudo sobre o crescimento demográfico e a formação da estrutura agrária paulista.

Retomando as ideias apontadas por Zemella, Marcílio refutou veementemente a tese da decadência, à época tão em voga, e cujo expoente máximo era ainda o trabalho publicado por Canabrava dois anos antes. Os dados referentes ao censo demográfico da capitania, por ela apresentados, sugerem que, entre 1765 e 1798, a população cresceu 123% na região do Vale do Paraíba, 82% na capital e seus arredores, 75% no litoral, 168% na rota sul e 133% no Oeste paulista, tendo aumentado em 106% na capitania como um todo. O crescimento, portanto, foi continuamente elevado a partir de 1765. Em suas palavras, “mais acentuado ainda foi o crescimento verificado nos primeiros cinquenta anos do século XVIII, quando, grosso modo, pude verificar um aumento de 427% entre as estimativas demográficas existentes para 190 e os resultados do censo de 1777”.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> ZEMELLA, Mafalda. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais. 2a. ed., São Paulo: Hucitec/Edusp, 1951, pp. 64-65.

<sup>30</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836. São Paulo: Edusp, Editora Hucitec, 2000 (Tese de Livre-docência defendida em 1974), p. 191.

No que tange à ocupação espacial do território paulista, Marcílio observou ritmo constante de crescimento durante todo o século, sem interrupção alguma. Segundo ela, houve alargamento da fronteira de povoamento, que se prolongou cada vez mais, notadamente em direção ao Rio de Janeiro (via Vale do Paraíba), aos campos do Sul (em direção a Curitiba) e ao oeste paulista (passando por Campinas, Piracicaba, Franca, Itu e Araraquara).<sup>31</sup>

Para a historiadora, a criação de novas vilas não deve ser tomada como “fator necessário e explicativo do crescimento populacional”, uma vez que muitas vilas eram criadas por motivos de ordem política, econômica, estratégica, militar ou até mesmo eclesiástica. E, de maneira oposta, “deixavam-se de criar vilas em zonas populosas pelos motivos idênticos”. Por conseguinte, o fato de que apenas uma vila havia sido criada na primeira metade da centúria – e quatorze depois de 1765 – não indicaria necessariamente estagnação demográfica no início do século XVIII, mas maior atenção, por parte da metrópole, à vigorosa região mineira, que, quando tivesse seu momento de esplendor findado, perderia o protagonismo, aos olhos de Portugal, para o desenvolvimento agrícola de São Paulo.

O alargamento das áreas de cultivo agrícola também foi acompanhado da expansão das regiões povoadas. Esse aumento permitiu a entrada da “agricultura de roça” de mantimentos e de subsistência numa economia de mercado interno, em primeiro momento como resposta aos estímulos criados pela região mineradora. O processo de monetarização da economia paulista durante o século XVIII, que justamente teve início graças ao impulso da mineração, foi rapidamente acelerado “com a introdução da

---

<sup>31</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836. São Paulo: Edusp, Editora Hucitec, 2000 (Tese de Livre-docência defendida em 1974), pp. 191-192.

agricultura empresarial e capitalista de exportação de produtos tropicais", segundo Marcílio.<sup>32</sup> Tratava-se de novos paradigmas de organização econômica e de administração, que, no engenho de açúcar paulista, se manifestaram na racionalização do modo produtivo.

Essa "capitania dos novos tempos"<sup>33</sup> viveu incremento demográfico que resultou de fatores "artificiais", quais sejam, a entrada dos escravos e habitantes livres na área desde o início da centúria, vindos das Minas. Daí as elevadas taxas de crescimento natural, reproduzidas na taxa de natalidade, acima de cinquenta nascimentos anuais por mil habitantes, como demonstrou Marcílio, acompanhadas de índices de mortalidade também altos, mas que, ainda assim, permitiram apontar a existência de taxas de crescimento populacional acima de 2% ao ano na virada do século. Assim, se inicialmente houve êxodo de paulistas às minas, a situação não perdurou e foi agravada pela derrota na guerra dos emboabas, em 1710.

Como prova do resultado desse crescimento linear durante o século, no ano de 1798, pode-se atentar ao número, já expressivo, de 32.491 mil escravos na capitania, em contraposição aos 108.550 mil habitantes livres.<sup>34</sup> Para cada escravo havia 3.37 homens livres, valor que se torna ainda mais relevante se se considerar que, em virtude da concentração de renda, a maior parte dos escravos eram propriedade de poucos senhores.

Em suma, como retaguarda, encontraram meios de enriquecimento mais consistentes, tendo respondido rapidamente ao estímulo da crescente população das Minas e organizado suas lavouras em moldes comerciais,

---

<sup>32</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836. São Paulo: Edusp, Editora Hucitec, 2000 (Tese de Livre-docência defendida em 1974), pp. 192-193.

<sup>33</sup> FERLINI, Vera Lucia Amaral. "Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822)". In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, vol. 17, n.2, julho/dez. 2009, pp. 237-250.

<sup>34</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836. São Paulo: Edusp, Editora Hucitec, 2000 (Tese de Livre-docência defendida em 1974), p. 215.

alargando sua infraestrutura.<sup>35</sup> Empenharam-se, então, na criação de mais caminhos, no incremento produtivo, na extensão dos rebanhos e na importação de escravos, o que teria propiciado a formação de ativa classe de negociantes, bem como o estabelecimento de comércio regular com as Minas - incluindo a feira de gado de Sorocaba - tudo, assim, tendo resultado num desenvolvimento material e demográfico em São Paulo.

As proposições de Marcílio, destoantes da historiografia partidária do decadentismo, vieram a ser mais vigorosamente retomadas a pesquisas de Ilana Blaj na década de 1990. Para ela, “esta passagem do bandeirante aventureiro ao comerciante ou monçoneiro e ao próprio agricultor ou pecuarista não se realizou (...) nem de maneira abrupta ou etapista, e nem é indicativo de decadência e estagnação”. Isso porque esse processo representaria a dinâmica do período e o movimento de “estruturação na dispersão”, anterior ao período do governo do Morgado de Mateus. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a historiadora se propôs a negar a imagem de São Paulo, no século XVII, enquanto vila isolada, e do bandeirante, como “andarilho e nômade”, bem como da extrema autonomia da sociedade, ela também refutou “a visão do despovoamento e da posterior estagnação e decadência”, supostamente aplicável ao Setecentos paulista.<sup>36</sup>

Apesar de sua pesquisa focalizar o estudo da vila, e depois cidade, de São Paulo, no início do século XVIII, sua análise tendeu a abranger a capitania como um todo. A autora logrou demonstrar a dinamicidade da sociedade paulista e o processo de crescente e contínua mercantilização que “partia do seu núcleo, abraçava as regiões do entorno e se estendia, tal

<sup>35</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836. São Paulo: Edusp, Editora Hucitec, 2000 (Tese de Livre-docência defendida em 1974), p. 215

<sup>36</sup> BLAJ, Ilana. A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002 (Tese de Doutorado defendida em 1995), pp. 29-30.

como uma teia, em várias direções, abrangendo áreas cada vez mais distantes na condição de produtoras ou consumidoras”.<sup>37</sup> Prova desse do grau de mercantilização que a região atingira e dos frutos da expansão da teia mercantil seria, de acordo com ela, o aumento dos subsídios pagos pelos contratos das bebidas ou a constatação de que o avençamento com os lavradores e comerciantes era muito vantajoso na década de 1720, momento em que a Coroa também tratava de garantir para si os rendimentos advindos da arrematação dos direitos fluviais na capitania, e em que altas somas eram pagas pelos contratadores de dízimos.<sup>38</sup>

De maneira geral, Blaj não identificou decadência alguma no início do século XVIII, mas verificou, na verdade, a existência de redes comerciais já ativas antes de 1750. Afinal, a vila/cidade de São Paulo era também entroncamento de inúmeras rotas que a articulavam com diversas regiões da colônia, como o Rio de Janeiro, por meio do Vale do Paraíba; além dos domínios meridionais via Pinheiros, Cotia e Sorocaba; e, claro, o território mineiro por Campinas, Atibaia, Juqueri e Mogi-Mirim.<sup>39</sup>

Nesse sentido, São Paulo teria exercido papel de agente da colonização, na medida em que levou a conquista a núcleos mais distanciados, o que permitiu a sua integração ao Império português. Por

---

<sup>37</sup> OLIVEIRA, Gilvan Leite de. A todo pano: contribuição para o estudo do processo de consolidação do porto de Santos como via marítima da capitania de São Paulo (1788-1822). São Paulo: FFLCH/USP, 2017 (Dissertação de Mestrado), pp. 36-37.

<sup>38</sup> BLAJ, Ilana. A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002 (Tese defendida em 1995), pp. 282-283.

<sup>39</sup> BLAJ, Ilana. A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002 (Tese de Doutorado defendida em 1995), p. 170. Morse, na década de 70, descreveu as “cinco grandes artérias que convergiam para a vila fazendo dela ponto de passagem para o tráfego interno”: a rota para o Rio de Janeiro ao longo do Rio Paraíba; o caminho para as minas através de Atibaia e Bragança; a ligação com o noroeste por meio de Jundiá e Campinas; a rota das monções que chegava até o Mato Grosso por Itu e Porto Feliz e o caminho de Sorocaba que levava às áreas criatórias de gado. Cf: MORSE, Richard M. Formação histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole). 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, pp. 34-35.

outro lado, garantiu, mediante suas atividades produtivas e mercantis, o abastecimento de áreas exportadoras e interioranas, bem como proveu o sustento dos funcionários reais, sempre presentes na região, fosse para normatizá-la, quanto para buscar indicativos da existência de metais, esperança sempre presente no período de colonização.<sup>40</sup>

\*\*\*

É importante, portanto, que a ideia da decadência da capitania paulista durante o século XVIII seja redimensionada e reanalisada, na esteira das pesquisas que vêm sendo publicadas nos últimos anos. Trabalhos mais recentes, como o de Maria Aparecida Borrego, apontam, por exemplo, que a cidade de São Paulo não era uma cidade isolada e decadente, mas vivificada pelo comércio a partir de sua articulação com outras regiões nesse período. Já Ricardo de Mattos, por sua vez, também destacou a necessidade de se analisar São Paulo, na segunda metade do século XVIII, como região de complexas relações econômicas e sociais em detrimento de um espaço de “pobreza” e “decadência”.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> BLAJ, Ilana. A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002 (Tese de Doutorado defendida em 1995), pp. 202-203.

<sup>41</sup> Cf. BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. A teia mercantil. Negócios e poderes em São Paulo Colonial. (1711-1765). São Paulo: Alameda, 2010 (Tese de Doutorado defendida em 2006 no Departamento de História da FFLCH/USP); FERLINI, Vera Lucia Amaral. “Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822)”. In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, vol. 17, n.2, julho/dez. 2009, pp. 237-250; MATTOS, Renato. Política, administração e negócios na capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império português (1788-1808). (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009; MEDDICI, Ana Paula. Entre a “decadência” e o “florescimento”: capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782-1822). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2005 (Dissertação de Mestrado); MICHELI, Marco Volpini. São Paulo: diversificação agrícola, consolidação interna e integração no mercado atlântico (1765-1821). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018; MONT SERRATH, Pablo Oller. São Paulo Restaurada: administração, economia e sociedade numa capitania colonial, 1765-1802. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2016 (Dissertação de Mestrado defendida em 2007 no

A partir das reflexões suscitadas pelas pesquisas de diversos autores, favoráveis ou não a essa tese, a decadência, admitida enquanto categoria conceitual, encontra respaldo apenas na ideia de que São Paulo ainda se encontrava fora do circuito atlântico mercantil em meados do Setecentos, mas não se sustenta se procurarmos argumentos que extrapolem essa visão.

Primeiramente, reforça-se a existência de trocas comerciais e redes mercantis desde o século XVII, que, ao mesmo tempo, transformaram a capital em centro comercial onde se confluíam as riquezas, permitiram a formação de uma elite de homens de negócios e o enriquecimento de famílias ligadas a essa classe. Caso notório foi o da família Taques, que, além dos inúmeros investimentos, acumulou cargos no setor público durante largo período, o que constituiu uma “nobreza colonial”, que, por meio dos clãs familiares e de seus principais membros, “ocupava praticamente todas as esferas do poder local e pertencia às instituições mais prestigiadas da época”.<sup>42</sup>

Após a descoberta das minas, portanto, na primeira metade do século XVIII, atividades variadas tomaram lugar em São Paulo. Foi o caso do comércio fluvial com as minas, as monções, que abasteciam aquelas áreas com produtos oriundos da própria capitania, mas também de Portugal, que enviava mercadorias ao porto de Santos. Lembre-se também do importante intermédio que fazia São Paulo no comércio de gado entre o extremo sul e a região centro-oeste brasileira, sobretudo nas feiras sorocabanas, e que

---

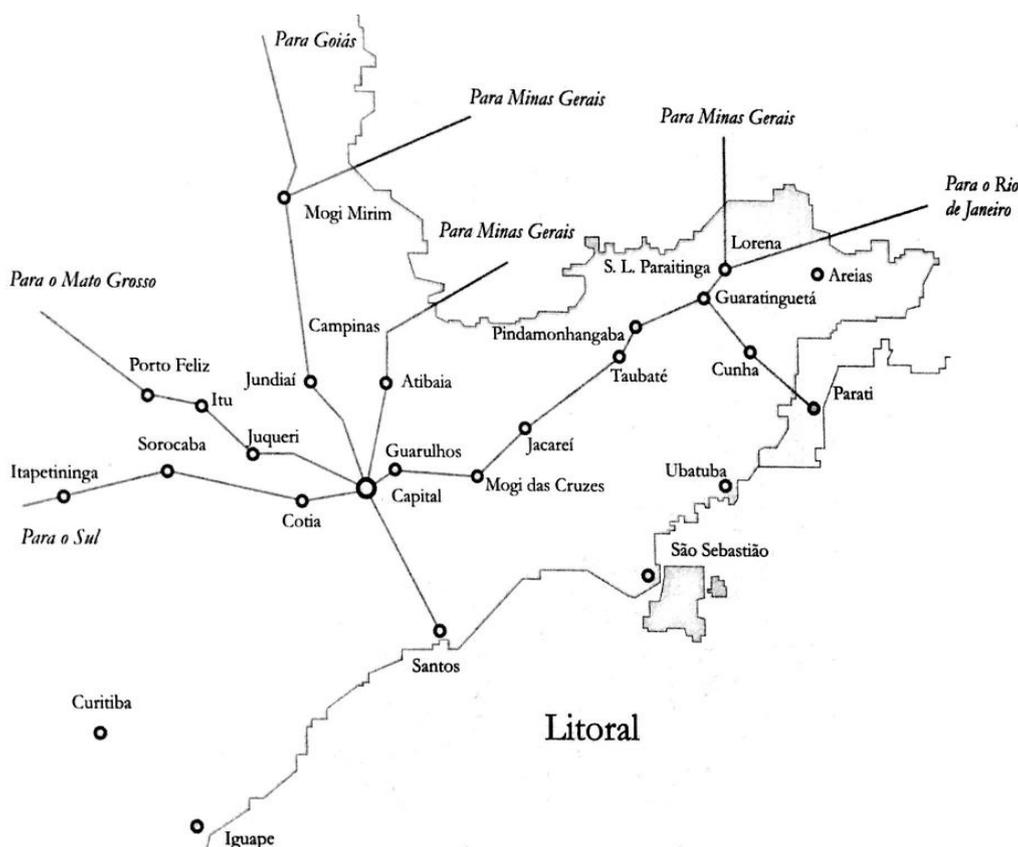
Departamento de História da FFLCH/USP); MOURA, Denise A. Soares. “Subsistemas de comércio costeiros e internalização de interesses na dissolução do Império colonial português, Santos (1788-1822)”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 30, n. 59, 2010, p. 215-235; MOURA, Denise A. Soares. “Entre o atlântico e a costa: confluência de rotas mercantis num porto periférico da América portuguesa (Santos, 1808-1822)”. In: *Revista Tempo*, vol. 19, n. 34, 2013; OLIVEIRA, Gilvan Leite de. *A todo pano: contribuição para o estudo do processo de consolidação do porto de Santos como via marítima da capitania de São Paulo (1788-1822)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2017 (Dissertação de Mestrado).

<sup>42</sup> BLAJ, Ilana. *A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002 (Tese de Doutorado defendida em 1995), p. 336.

permitiu, ademais, que se estabelecesse na região paulista a criação desses animais, ainda que em menor escala.

Assim, é verdade que não se havia articulado ainda produção de exportação para a Europa, mas há que se considerar que existiam conexões mercantis locais e regionais, que dinamizavam determinados espaços na capitania e determinavam a composição do seu quadro econômico e de tipos sociais, como o tropeiro, os monçoeiros, a pequena elite detentora de capital e cargos, os livres pobres e os agricultores. Veja-se:

**Mapa 01** - Principais rotas de comércio e localidades de São Paulo no século XVIII.



**Fonte:** KLEIN, Herbert S.; LUNA, Vidal Francisco. Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. São Paulo: Edusp, 2006, p. 35.

Nessa lógica, a restauração da capitania, em 1765, apesar de seu caráter fortemente militar e geopolítico, acabou por incorrer na ingerência de outro projeto, tão importante quanto o primeiro, e a ele ligado: o de inserção mais efetiva de São Paulo no sistema colonial, que, até o momento, se situava num tipo de “periferia do sistema”. Essa transformação do espaço, antes apenas fronteira<sup>43</sup>, em território efetivamente ocupado e inserido nas relações metrópole-colônia, deu-se a partir do fomento ao seu incremento econômico, baseado no cultivo de gêneros agrícolas variados, notadamente o açúcar.<sup>44</sup> Essa realidade interligava-se, ademais, com o projeto encabeçado por D. José I e o Marquês de Pombal de promover o reforço dos laços entre as duas partes do império, dentro do quadro de um novo padrão de colonização.<sup>45</sup>

Vale dizer, portanto, que o ano de 1765 marcou o início de novo momento para a capitania e simbolizou o processo de retomada da autonomia política e administrativa, que adquiriu duas facetas, a saber: o âmbito da realidade local - a propósito da defesa do território, do adensamento de contingentes militares, do incremento agrícola necessário para ocupar as terras, consolidar o domínio e abastecer a população e as tropas - e o âmbito da conjuntura colonial - relacionado à tentativa de industrialização portuguesa e o conseqüente projeto da Coroa, que pretendia que a colônia, como um todo, lhe fornecesse bens primários e consumisse as manufaturas que produzisse.<sup>46</sup>

---

<sup>43</sup> FERLINI, Vera Lucia Amaral. “São Paulo, de fronteira a território: uma capitania dos novos tempos”. In: Ermelinda Antunes (cur.). Laboratório do mundo. Ideias e saberes do século XVIII. Catálogo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2004. p. 18-23.

<sup>44</sup> Cf. MONT SERRATH, Pablo Oller. São Paulo Restaurada: Administração, Economia e Sociedade numa capitania colonial. (1765-1802). São Paulo, Alameda, 2017.

<sup>45</sup> ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. In: Revista USP, São Paulo, n. 46, pp. 66-78.

<sup>46</sup> Cf. MICHELI, Marco Volpini. São Paulo: diversificação agrícola, consolidação interna e integração no mercado atlântico (1765-1821). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e

A cisão do sistema colonial, em 1808, inclusive, não representou o fim dessa diversificação econômica que se conformara desde o século anterior, em que a capitania restaurada vivenciara movimento contínuo de ascensão e reorganização socioeconômica. Os frutos dessa política de integração colonial foram sentidos, principalmente, após o desmonte desse modelo exploratório na primeira década do século XIX, como se depreende da observação dos dados da tabela 02.

**Tabela 02-** Produtos enviados pelo porto de Santos aos do Porto, Lisboa e Rio de Janeiro (1810, 1814 e 1815). Fonte: Fundo Real Junta de Comércio, caixa 448, pacote 1, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

	<i>Porto</i>	<i>Lisboa</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
1810	Açúcar branco, açúcar mascavo, arroz, couros em cabelo, banha, aguardente	-	Açúcar branco, mascavo, arroz
1814	Açúcar branco, açúcar mascavo, arroz, pipas de aguardente, café, anil, banhas de porco, toicinho, doce, couros em cabelo, sola, pontas de boi	Aguardente de cana, café, arroz, toicinho, banha de porco	Açúcar branco, açúcar mascavo, arroz, aguardente, café, banha de porco, toicinho, couros em cabelo
1815	Açúcar branco, mascavo, arroz, banha, café, goma, couros em cabelo, aguardente	Açúcar branco, mascavo, arroz, café, couros em cabelo, meios de sola, taboado	Açúcar branco, açúcar mascavo, arroz, banha, café

**Fonte:** MOURA, Denise. "Entre o atlântico e a costa: confluência de rotas mercantis num porto periférico da América portuguesa (Santos, 1808–1822)". In: Revista Tempo, vol. 19, n. 34, 2013.

Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018. (Dissertação de Mestrado em História Econômica).

Não contestamos, assim, a ideia de “sentido de colonização”, ou que a capitania estivesse na “periferia” do sistema, menos ainda que a metrópole fora, desde o Quinhentos, aperfeiçoando suas instituições na busca pelo reforço do domínio colonial. Refutamos, contudo, a ideia de que essa fraca inserção possa justificar a caracterização da capitania como decadente. Nesse sentido, o recrudescimento produtivo e dinamizador da economia não indica que de fato São Paulo houvesse sido uma capitania decadente: em primeiro momento, ela não estava enquadrada no “sentido” de Caio Prado Jr., isto é, não estava voltada “para fora”, o que, na historiografia, foi visto como anomalia na estrutura do sistema colonial. O que se delinea, com a restauração, é a reconfiguração de seu papel no Império português, tornando-a nesse momento mais alinhada à lógica do clássico modelo de exploração. Prova disso é a diversificação de sua pauta produtiva agrícola.

Na primeira metade do século, a variada produção agrícola paulista era resultante da sua posição de retaguarda das minas e foi consequência da auto-organização que se processou graças à necessidade de abastecimento, inicialmente da região das Gerais, mas principalmente, de Mato Grosso e Goiás. Os circuitos comerciais que perpassavam o seu território demandavam a existência de alguma produção, que era, pela via fluvial ou terrestre, comercializada em áreas mais ou menos distantes. Já a partir da restauração, a diversificação econômica, que começava a dar sinais no fim da década de 1760, mas cujos resultados seriam verificados com mais intensidade nos anos finais do século XVIII, decorreu da política deliberada dos governadores, tutelados e orientados pela Coroa, de incrementar a produção para motivos específicos que podem ser compreendidos se, e apenas se, levarmos em consideração os desafios e os

impasses que assolavam Portugal e seus domínios americanos depois de 1750.

Nesse sentido, até a década de 1760, não havia decadência, mas a ausência de políticas objetivas definidas para São Paulo. As inúmeras mudanças nas fronteiras da capitania a partir da sua compra, em 1709, até 1748, ilustram exatamente essa tentativa de encontrar a maneira mais eficaz de governo do território paulista. Por esse motivo que a noção “de fronteira a território”<sup>47</sup>, aqui, passa a ser entendida como conceito. É a materialização do projeto político, administrativo, econômico e estratégico da metrópole, pautado pelas necessidades de defesa que afligiam a América Portuguesa. É, assim, a integração mais profunda de São Paulo no sistema colonial.

A “decadência” do Morgado de Mateus ou de Marcelino Pereira Cleto é outra: relacionou-se mais à crítica, de contemporâneos, à incivilidade do espaço e da sociedade colonial, à visão de que a capitania deveria ser útil à metrópole, discurso que era, em primeiro lugar, da própria Coroa. As críticas do governador importam para constatar o esforço que ele buscava demonstrar às autoridades no sentido de aprimorar, em São Paulo, a economia e a eficácia das instituições – que, vale dizer, sempre ali estiveram presentes desde o século XVI –, nos moldes daquelas verificada nas outras partes da colônia, mais “desenvolvidas”, isto é, mais enquadradas no modelo exploratório típico da colonização lusitana.

A pobreza dos habitantes, segundo D. Luís Botelho Mourão, era devida à “repugnância que têm de se sujeitarem ao maior trabalho de cultivarem os campos como nesse Reino”.<sup>48</sup> Na verdade, o problema da pobreza

---

<sup>47</sup> FERLINI, Vera Lucia Amaral. “São Paulo, de fronteira a território: uma capitania dos novos tempos”. In: Ermelinda Antunes (cur.). Laboratório do mundo. Ideias e saberes do século XVIII. Catálogo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2004.

<sup>48</sup> SOARES, Lucas Jannoni. Presença dos homens livres pobres na sociedade colonial da América portuguesa. São Paulo (1765-1775). 2005. (Dissertação de Mestrado em História

esteve relacionado intimamente com a marginalização social, que preservou o sistema social e, segundo Maria Sylvia de Carvalho Franco, ordenou funções básicas para além dos confins do grupo. Nesse sentido, o soldado, o padre e a autoridade pública estiveram sempre referidos a instituições alheias ao mundo caipira.<sup>49</sup> O modelo de produção colonial que se instalou favoreceu o desperdício da força de trabalho, contexto em que nasceu essa ideia do caipira “preguiçoso”, relegado ao destino de produzir apenas aquilo que consumia, problema agravado pela ausência de regulamentação das relações de trabalho.

A apropriação, por grande parte da historiografia, do termo “decadente”, recorrente na documentação, reforçou essa tese, tão em voga nos trabalhos do século XX. Apontamos, todavia, que as pesquisas de Maria Luiza Marcílio indicaram que houve crescimento demográfico constante e não estagnação na primeira metade do século. Como bem argumentou, só se há decadência quando já se passou por algum período anterior de auge e prosperidade.<sup>50</sup>

Os agentes metropolitanos empreenderam medidas que foram bem-sucedidas ao terem permitido, na virada do século XVIII para o XIX, que a capitania exportasse para Portugal diversos artigos, com destaque ao açúcar. Paralelamente, logrou-se estabelecer o cultivo de mantimentos importantes para o suprimento da população civil e militar da capitania, tendo-se verificado a produção de gêneros variados na grande maioria das vilas da capitania, ainda que algumas tenham se especializado em determinados produtos. Intensificaram-se, assim, as trocas comerciais nas

---

Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 84.

<sup>49</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997 [1ª edição de 1969], pp. 34-35.

<sup>50</sup> Cf: MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836*. São Paulo: Edusp, Editora Hucitec, 2000 (Tese de livre-docência defendida em 1974), “Considerações finais”.

rede importante mercantis do interior do território paulista, sendo Santos e a capital localidades estratégicas, por onde as mercadorias passavam para serem redistribuídas às outras vilas.

Não faria sentido, portanto, se indicar algum tipo de decadência, mas, na verdade, a transição de um momento e de uma realidade a outro/a<sup>51</sup>. Nessa esteira, as políticas dos governadores relacionaram-se ao processo de fomento agrícola e reestruturação da economia de São Paulo, cujos efeitos implicaram em novos paradigmas de organização e administração da capitania restaurada. A partir dessa necessidade de fomento econômico, culminou-se num processo mais geral, vale dizer, o de integrar São Paulo com maior vigor no sistema colonial, desenvolvendo em seu território culturas que pudessem ser enviadas ao Reino, como já ocorria em outras partes da colônia.<sup>52</sup>

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Lucílio Viveiros. Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos. São Paulo: Editora Hucitec, 2006 [tese de doutorado defendida em 2003].
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. "Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII". In: Revista USP, São Paulo, n. 46, pp. 66-78.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O governo do Morgado de Mateus em São Paulo. São Paulo: Alameda, 2007.
- BLAJ, Ilana. A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002 (Tese defendida em 1995).

---

<sup>51</sup> Nesse seguimento, a título exemplificativo, seria diverso apontar-se, por exemplo, decadência na produção de açúcar no Recôncavo baiano. A comparação entre os períodos de alta produção e declínio da exportação seria pertinente, mas, em nosso caso, comparam-se duas situações político-econômicas diferentes.

<sup>52</sup> Cf: MICHELI, Marco Volpini. São Paulo: diversificação agrícola, consolidação interna e integração no mercado atlântico (1765-1821). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018. (Dissertação de Mestrado em História Econômica), Cap. 2.

- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Volume 2: O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009 (publicado originalmente em francês em 1986).
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil. Negócios e poderes em São Paulo Colonial. (1711-1765)*. São Paulo: Alameda, 2010
- CANABRAVA, Alice. "Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-1767". In: Idem. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Editora Unesp/Hucitec, 2004 [artigo de 1972].
- CAPEL, Ronaldo. *O governo de Bernardo José de Lorena na Capitania de São Paulo: aspectos políticos e econômicos (1788-1797)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PPGHE, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14092015-105428/pt-br.php>.
- CLETO, Marcelino Pereira. "Dissertação sobre a capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la. Em 25 de outubro de 1782". In: *Roteiros e notícias de São Paulo Colonial (1751-1804)*. São Paulo: Governo do Estado, 1977.
- ELLIS JR., Alfredo. *Raça de Gigantes*. São Paulo: Ed. Helios Limitada, 1926.
- ELLIS JR., Alfredo. *A Economia Paulista no Século XVIII*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1979.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. "São Paulo, de fronteira a território: uma capitania dos novos tempos". In: Ermelinda Antunes (cur.). *Laboratório do mundo. Ideias e saberes do século XVIII. Catálogo*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2004. p. 18-23;
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. "Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822)". In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, vol. 17, n.2, Julho/dez. 2009, pp. 237-250.
- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997 [1ª edição de 1969].
- KLEIN, Herbert S. & LUNA, Vidal Francisco. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2006.
- LEITE, Lorena. *Déspota, tirano e arbitrário: o governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha na capitania de São Paulo (1775-1782)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PPGHE, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-31102013-105747/en.php>.
- MAGALHÃES, Basílio. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. São Paulo: Editora Nacional, 1935 [1915].
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836*. São Paulo: Edusp, Editora Hucitec, 2000 (Tese de livre-docência defendida em 1974).
- MATTOS, Renato. *Política, administração e negócios na capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império português (1788-1808)*, Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- MEDDICI, Ana Paula. *Entre a "decadência" e o "florescimento": capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782-1822)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2005 (dissertação de mestrado).

- MICHELL, Marco Volpini. São Paulo: diversificação agrícola, consolidação interna e integração no mercado atlântico (1765-1821). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018. Dissertação de Mestrado em História Econômica.
- MONT SERRATH, Pablo Oller. São Paulo Restaurada: Administração, Economia e Sociedade numa capitania colonial. (1765-1802). São Paulo, Alameda, 2017.
- MORSE, Richard M. Formação histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole). 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- MOURA, Denise A. Soares. "Entre o atlântico e a costa: confluência de rotas mercantis num porto periférico da América portuguesa (Santos, 1808-1822)". In: Revista Tempo, vol. 19, n. 34, 2013.
- MOURA, Denise A. Soares. "Subsistemas de comércio costeiros e internalização de interesses na dissolução do Império colonial português, Santos (1788-1822)", Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 30, n. 59, 2010, p. 215-235.
- OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Quadro histórico da província de São Paulo até o ano de 1822. São Paulo: Typographia de Carlos Gerke, 1897 [1864].
- OLIVEIRA, Gilvan Leite de. A todo pano: contribuição para o estudo do processo de consolidação do porto de Santos como via marítima da capitania de São Paulo (1788-1822). São Paulo: FFLCH/USP, 2017 (dissertação de mestrado).
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. A Lavoura Canavieira em São Paulo. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008 [1942].
- SOARES, Lucas Jannoni. Presença dos homens livres pobres na sociedade colonial da América portuguesa. São Paulo (1765-1775). 2005. Dissertação (Mestrado em História Econômica) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- ZEMELLA, Mafalda. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais. 2a. ed., São Paulo: Hucitec/Edusp, 1951.

Artigo recebido em 18/11/2019 e aprovado em 25/05/2020.